



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 8ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação de Substâncias Químicas

Local: Sala 735 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF; Microsoft TEAMS.

Data: 01 de abril de 2025.

Horário: 9h às 17h.

Participantes: Lista de presença anexa.

I Objetivo

A reunião teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) sobre regulação de substâncias químicas, com discussão da minuta de Decreto regulamentador.

II Atividades

Abertura

A *Diretora de Qualidade Ambiental e Coordenadora do GT, Thaianne Resende*, abriu a reunião, dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Informou que a reunião estava sendo gravada e submeteu a pauta para aprovação.

Não havendo pedidos de alteração, a pauta foi aprovada.

Relato dos Subgrupos

O *Secretário* informou que a coordenação recebeu várias contribuições dos subgrupos, as quais foram incorporadas à nova Minuta encaminhada ao GT. Relembrou que o grupo de trabalho foi dividido em oito subgrupos: (1) detalhamento das exclusões da lei; (2) cadastro e inventário; (3) novas substâncias químicas; (4) priorização/ avaliação de risco e medidas de gerenciamento de risco; (5) cooperação regulatória; (6) confidencialidade; (7) teste em animais; e (8) taxa. Passou a palavra para os coordenadores, para que fizessem seus relatos.

Aristeu Junior (Ministério da Saúde), coordenador do subgrupo 1, falou já houve uma segunda reunião do subgrupo. No entanto, os membros aguardam o desdobramento dos demais temas para fechar uma proposta de texto. Relatou que o subgrupo analisou o art. 3º da Lei 15.022/2024, havendo, no entanto, certa dificuldade em elaborar uma proposta de texto, tendo os membros refletido sobre o que deve efetivamente estar no Decreto. Falou que o subgrupo considerou deixar o detalhamento das exclusões para um momento posterior ao Decreto, mas ressaltou que isso poderia atrasar as discussões.

Camila Hubner (ABIQUIM), coordenadora do subgrupo 2, falou que o grupo se reuniu na semana anterior e trabalhou em cima da versão mais atualizada do texto do Decreto. Falou que a questão relacionada ao local de fabricação estava pendente, mas que o entendimento era de que, para fabricação local, não haveria problema constar essa informação no cadastro, sendo necessário avaliar as maneiras de operacionalização.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

Dada a ausência do coordenador do subgrupo 4, Anax Falcão (SBTox), a vice coordenadora, Camila Hubner (ABIQUIM), fez o relato. Disse que o grupo se reuniu uma vez, estando a próxima reunião já agendada para março.

Peter Rembischevski (ANVISA), coordenador do subgrupo 3, falou que os tópicos exclusivos às novas substâncias químicas já haviam sido esgotados, restando as questões comuns, que devem ser compatibilizadas com as conclusões dos demais subgrupos.

Anax Falcão (SBTox), Coordenador do subgrupo 4, lembrou que a metodologia apresentada na reunião anterior do GT foi consenso e, com isso, unificou tudo o que foi discutido e circulou uma proposta de texto entre os membros do subgrupo, obtendo algumas contribuições. Sobre avaliação e gerenciamento de risco, disse que Fernanda Pirillo (Casa Civil) fez a reorganização do texto proposto por Washington Bonini (MDIC).

A coordenadora do subgrupo 5, Ariadne Moraes (CNI), estava temporariamente ausente. A coordenação do GT leu o relato enviado, informando que o grupo não teve avanços desde a última reunião, mas que uma proposta de texto está em avaliação pelos membros do subgrupo.

Alan Alves (IBAMA), coordenador do subgrupo 6, informou que o grupo teve uma reunião bem objetiva para trabalhar na última versão do texto. Falou que o grupo ainda não recebeu propostas de redação relativas ao detalhamento de artigos ou da operacionalização das obrigações. Reforçou que o texto já está pronto para ser debatido.

Bianca Marigliani (HWFA), coordenadora do subgrupo 7, falou que a terceira reunião já havia ocorrido; na ocasião foram discutidas algumas dúvidas, a definição de animal, e algumas sugestões de redação propostas. Informou que os membros do subgrupo sinalizaram que alguns termos estavam gerando dúvidas e que, por isso, faria uma apresentação sobre o tema no GT principal,

Fernanda Pirillo (Casa Civil), coordenadora do subgrupo 8, falou que o grupo se reuniu, ocasião na qual apresentou proposta de texto para este tema. Relatou que, a princípio, o grupo reagiu bem à proposta de texto e que, embora não houvesse, ainda, um consenso, foi decidido que o texto já estava suficientemente maduro para ser encaminhado para os membros do GT e discutido com o grupo.

Discussão do normativo

O grupo começou as discussões pelo capítulo sobre o sigilo. Foi discutida a necessidade de melhor detalhar este capítulo. O capítulo foi quase integralmente aprovado pelos membros do GT, ficando pendente a questão de qual órgão ficaria responsável por avaliar os pedidos de sigilo. Ficou estabelecido que GT apenas voltaria a debater os artigos deste capítulo se houvesse novas propostas de redação.

Muito foi debatido sobre o artigo relacionado às entradas para as informações no inventário. Em relação à identificação das substâncias foi definido que a fórmula molecular, estrutura química e propriedades físico-químicas não seriam dados necessários, pois já estariam pré-preenchidos no sistema. Os membros pontuaram a necessidade de revisar o texto para incluir o termo “representante exclusivo do fabricante estrangeiro” na redação.

Fernanda Pirillo (Casa Civil) fez apresentação da proposta de texto sobre a taxa. Iniciou sua fala com um breve *disclaimer*, pontuando que o texto em tela não representava a opinião do



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

subgrupo, tendo sido elaborado pela Casa Civil, porém também não representava a opinião de toda a Casa Civil, estando sujeito a alterações; explicou que outras questões podem ser identificadas quando o texto for submetido ao órgão formalmente, acompanhado dos elementos de instruem o processo de avaliação de Decretos.

Fernanda Pirillo (Casa Civil) seguiu explicando as premissas que guiaram a elaboração do texto. Mencionou que, em conversa com o Ibama, foi relatada a dificuldade em classificar a empresa pelo porte e, por isso, prezou-se por simplificar esse tópico na proposta apresentada. Falou sobre os órgãos que receberiam a taxa, os valores e prazos. Explicou que, como havia diferença entre os fatos geradores, a taxa foi subdividida em taxa de cadastro, taxa de avaliação e taxa de confidencialidade. Falou que a taxa não seria por substância, mas, sim, por volume total cadastrado, a fim de incentivar o preenchimento do inventário. Finalizou informando que as faixas de volume foram propostas por representantes da indústria.

Após a apresentação, foi pontuado que a subdivisão da taxa poderia gerar judicialização. Questionou-se se o Decreto, ao fazer esta subdivisão, não estaria extrapolando e criando taxas. Propôs-se uma solução no sentido de inserir uma fórmula matemática e editar o texto a fim de elucidar a questão. Com isso, o MMA ficou de avaliar a questão internamente com a CONJUR.

Washinton Bonini (MDIC) solicitou que ficasse indicado no texto que o cálculo da taxa seria automático e feito pelo governo.

Foi levantada a problemática de vários pagamentos por CNPJ diferentes, sendo que isso não ocorreria para os importadores.

As discussões seguiram para o capítulo de priorização. O texto foi lido na íntegra e os membros do GT fizeram algumas pequenas propostas de ajuste. À medida que a leitura foi avançando os artigos foram sendo aprovados.

II Anexo A

Lista de participantes: Alan Alves (IBAMA); Ana Catarina de Amorim (CRQ-I); Antonio Anax Falcão (SBTox); Ariadne Moraes (ABIHPEC); Aristeu de Oliveira (MS); Barbara Bonalume (Givaudan do Brasil LTDA - membro da ABIQUIM); Bianca Marigliani (HSI); Camila Boechat (MMA); Carlos Roberto Ferreira ABIQUIM - Associado Dow Brasil); Cristiane Nakamura (Indorama Ventures); Daniele Procópio (MMA); Eduarda Santana (Kemira Chemicals Brasil); Elaine Faquim (ABIQUIM); Fairah Barrozo (MS); Fernanda Pirillo (Casa Civil); Fernanda Salles (MS); Ilerson Mello (Rhodia Brasil AS); Jean Shiratori (Braskem); Lidiane de Moraes (ExxonMobil Quimica Ltda); Maria Augusta Costa (ABIFRA); Marília de Paula Porto (Ibama); Mauricio Valiengo (Evonik Brasil Ltda); Marília Passos (MMA); Patricia Ferreira (Infobasys - MPDF Consultoria); Patricia Dias (Fundacentro); Peter Rembischevski (Anvisa); Polyana Vieira (BASF); Priscila Fabretti (Associquim); Raquel Dias (Solenis); Rhana Augusta Prado (MMA/CONJUR); Tasso Cipriano (Fundação Santo André); Thaianne Resende (MMA); Tiago Oliveira (HENKEL); Tricia Arruda (MS); Washington Bonini (MDIC); Zuleica Nycz (TOXISPHERA); Fabriciano Pinheiro (INTERTOX).



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

Brasília, 01 de abril de 2025

GT-Regulação de Substâncias Químicas – Memória da 8ª Reunião.14.mai.2025